

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 763.625 - ES (2015/0206335-4)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS
AGRAVADO : BRASPEROLA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADO : SORAYA APARECIDA SILVEIRA LEAL - ES009498

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CRÉDITO EXEQUENDO. RAZÕES RECURSAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. AGRAVO CONHECIDO E RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (fl. 147 e-STJ):

EMBARGOS À EXECUÇÃO. CVM. FALÊNCIA DA EMPRESA EXECUTADA. ART. 192 DA LEI N.º 11.101/05. ARTIGO 23, PARÁGRAFO ÚNICO, INC. III, DO DECRETO-LEI Nº 7.661/45. CRÉDITO EXEQUENDO INEXIGÍVEL.

1 - De acordo com o art. 192 da Lei n.º 11.101/05, o texto desta nova lei não se aplica aos processos de falência ou de concordata ajuizados anteriormente ao início de sua vigência, que serão concluídos nos termos do Decreto-Lei nº 7.661, de 21/6/1945, como no caso dos autos.

2 - Destarte, a multa administrativa cobrada pela CVM não se inclui no crédito a ser habilitado na falência, nem pode ser adquirida via execução fiscal contra a massa falida, nos termos do inciso III do parágrafo único do artigo 23 do Decreto-Lei nº 7.661/45. Portanto, a decretação da falência da empresa executada tornou o crédito exequendo inexigível, devendo ser extinta a execução fiscal.

3 - A verba honorária arbitrada em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) corresponde a menos de 5% (cinco por cento) do valor da execução (R\$ 31.624,80) não é excessiva, atendendo aos critérios do art. 20, parágrafos 3º e 4º, do CPC. Apelação desprovida.

Embargos de declaração opostos e rejeitados (fl. 176 e-STJ).

No recurso especial, a recorrente sustenta violação do art. 23, parágrafo único, III, do Decreto-Lei n. 7.661/1945 alegando sua inaplicabilidade em face da massa falida, diante da exigibilidade da multa cominatória, prevista no art. 9º, II, da Lei n. 6.385/1976, de natureza coercitiva visando ao adimplemento de obrigação de fazer, não se tratando de penalidade administrativa (multa-pena). Aponta divergência jurisprudencial quanto aos arts. 9º, II, 11, § 11, da Lei n. 6.385/1976 quanto à natureza cominatória da multa aplicada, e não de penalidade administrativa.

Sem contrarrazões (Certidão à fl. 222 e-STJ).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Registra-se que os recursos interpostos com fulcro no CPC/1973 sujeitam-se aos

requisitos de admissibilidade nele previstos, conforme diretriz contida no Enunciado Administrativo 2 do Plenário do STJ.

Verifica-se que a Corte de origem aplicou o teor do art. 23, parágrafo único, III, do Decreto-Lei n. 7.661/1945, ao fundamento de que "a multa administrativa cobrada pela CVM não se inclui no crédito a ser habilitado na falência, nem pode ser adquirida via execução fiscal contra a massa falida", assinalando ainda que essa matéria se encontra sumulada pelo STF, nos enunciados ns. 192 e 565, devendo, assim, ser extinta a execução fiscal, pois com a decretação da falência da empresa executada o crédito exequendo tornou-se inexigível (fls. 143-146 e-STJ).

Dito isso, verifica-se que, ainda que a Corte de origem tenha se manifestado a respeito do referido normativo, não houve debate a respeito da tese recursal vinculada, qual seja, se a multa aplicada seria cominatória ou penalidade administrativa, alegação essa nem mesmo arguida nos embargos opostos na origem, o que inviabiliza o recurso especial, por falta de cumprimento do requisito do prequestionamento. Incidência da Súmula 282/STF.

Outrossim, não houve a Corte de origem emitir juízo de valor quanto aos arts. 9º, II, 11, § 11, da Lei n. 6.385/1976 e à tese a eles vinculada - situação essa que, por falta de cumprimento do requisito do prequestionamento, a incidir o teor da Súmula 282/STF, inviabiliza o exame do alegado dissídio jurisprudencial e não permite o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

Ante o exposto, conheço do agravo e não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator